

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU-BAHIA

Marivaldo Soares Gomes Júnior, Emylly Maryanny Alves de Santana,
Kamila Kuntz Gonçalves; Orientador: Jacó dos Santos Souza.

Faculdade Adventista da Bahia; secretaria.superior@adventista.edu.br

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar a Educação do/no Campo como direito da formação humana em estudantes da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu-Bahia. Para tanto, entre outros objetivos, visamos entender como se processa a relação do trabalho e educação na vida cotidiana dos estudantes; como a escola envolve a produção familiar e a cultura local no processo educativo, bem como suas implicações na formação humana; o modo pelo qual a comunidade participa dos projetos desenvolvidos pela escola e como esse envolvimento contribui na formação educativa. O procedimento teórico-metodológico pauta-se em uma pesquisa de campo através da adoção de questionário e entrevista como instrumento de coleta de dados, seguido de levantamento bibliográfico. Considerando as análises da pesquisa, a escola apresenta pontos positivos que integram a vida do campo e educação do/no campo, afirmando, onde as aprendizagens acumuladas no decorrer da vida são vivenciadas e valorizadas de acordo com a realidade local, mas por outro lado apresenta dificuldades em algumas questões que tratam da realidade imediata de discentes, sobretudo os que precisam desenvolver atividades laborais com vista à sobrevivência. Assim, observou-se certa limitação em desenvolver práticas escolares relacionadas à realidade histórico-social regional e os desafios de envolvimento da comunidade com a gestão e com a escola.

Palavras-chave: Educação, Direito, Comunidade, Trabalho, Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Educação no campo é uma modalidade de ensino que ocorre em espaços denominados rurais, é destinada às populações do campo nas diversas produções, ou seja, refere-se a todo espaço educativo que se dá em ambientes da floresta, da agropecuária, da agricultura, dos pesqueiros, das populações ribeirinhas, dos extrativistas, dos quilombolas, entre outros. Atualmente existem leis que asseguram essa modalidade de ensino, que são as resoluções CNE/CEB n.1/2002 e CNE/CEB n.2/2008, as quais regulamentam as diretrizes para a Educação do Campo. No entanto existe uma história de luta desses povos para obter uma educação para todos e de qualidade.

Nesse sentido, (CALDART, 2005) afirma que “Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação de novos jeitos sociais que se constituem no campo, hoje”. Diante disso, partindo de uma entrevista feita aos professores, as alunas e a gestores da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu, a presente pesquisa busca responder a

seguinte problemática: à Educação do/no Campo é vista como um direito da formação humana na escola da comunidade de pescadores de São Francisco do Paraguaçu-Bahia?

O artigo visa analisar a Educação do/no Campo como direito da formação humana em alunos da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu. Objetivou-se também destacar a relação do trabalho e educação na vida cotidiana dos alunos desta escola, descrever como a gestão escolar envolve a produção familiar e a cultura local no processo educativo, bem como suas implicações na formação humana e identificar a participação da comunidade nos projetos desenvolvidos pela escola e como essa participação contribui na formação educativa.

A ideia de desenvolver este trabalho surgiu da necessidade de compreender a relação de trabalho e educação na comunidade do campo e apresentar a Educação do/no Campo como direito na formação humana para alunos da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu. O procedimento teórico-metodológico pauta-se em uma pesquisa de campo através da adoção de um questionário e entrevista como instrumento de coleta de dados, em seguida um levantamento bibliográfico.

O trabalho possui quatro tópicos, além de conter resumo, introdução e considerações finais. O primeiro tópico tem como título: São Francisco do Paraguaçu, uma comunidade quilombola e pesqueira; o segundo: educação e trabalho: uma relação no cotidiano de estudantes; o terceiro: escola, produção familiar e cultura local; e o quarto: a comunidade e gestão democrática na escola do campo. Neste âmbito, para fundamentar essas reflexões e análise de dados, foram apresentados como referência os estudos de PIRES, (2012); SOUZA, (2006); resolução CNE/CEB n.1/2002; LEI 9394/1996; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2007), entre outros.

2 SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU: UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA E PESQUEIRA

São Francisco do Paraguaçu¹, uma comunidade localizada no Recôncavo Baiano, município de Cachoeira, conhecida por seus traços da arquitetura colonial é parte integrante da história do Estado da Bahia. A referida comunidade situa-se as margens do rio Paraguaçu, o qual é um braço de mar da Baía de todos os Santos.

¹ Os dados apresentados foram extraídos do Relatório Antropológico Quilombo São Francisco do Paraguaçu, produzidos pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional da Bahia – SR- 05, Salvador –BA, dezembro de 2007.

Vivem na comunidade cerca de 300 famílias, que em sua maioria, tem seu modo de subsistência extraído da pesca artesanal, da mariscagem, da agricultura familiar e do extrativismo vegetal de piaçava. Os comunitários organizam-se na Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão intitulada Amantes da Terra e ainda possuem representação no conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape.

SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

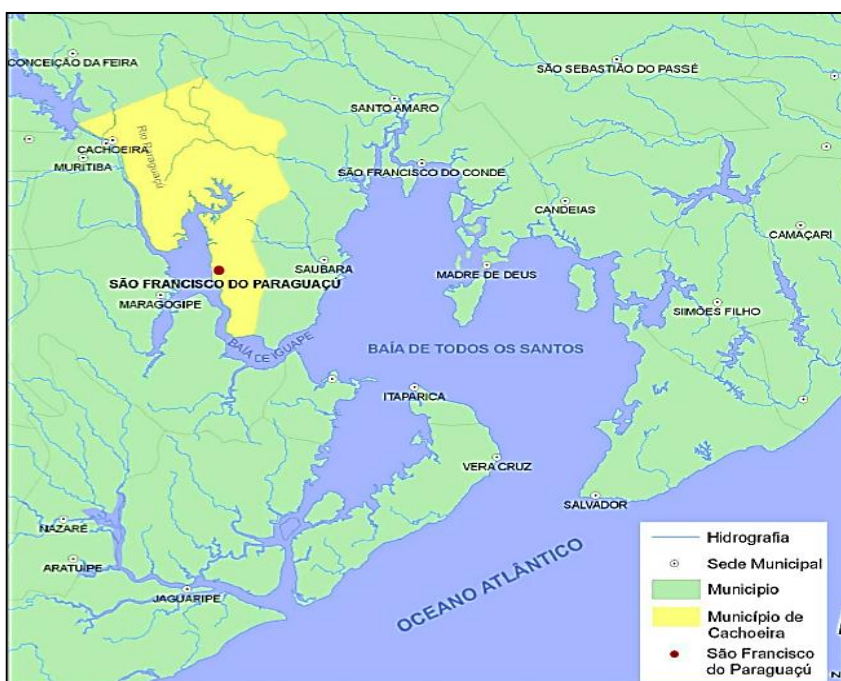


Figura 1 Mapa de São Francisco do Paraguaçu. Fonte: Adaptado de: SIG SRH, 2004.

Segundo dados do Relatório Antropológico Quilombo São Francisco do Paraguaçu, 2007, a origem da comunidade, conforme os achados históricos remonta a época da construção do convento de Santo Antônio, no período colonial. Os engenhos de cana de açúcar mantinham toda a produção da economia utilizando-se de mão-de-obra escrava, a qual foi destinada para a construção do convento em 1660, dirigida pelos padres franciscanos.

A comunidade em sua diversidade configurou-se ao longo dos anos posteriores como uma população do campo. Diante disso, o campo precisa ser compreendido como um modo de vida sociocultural no sentido de que sejam afirmadas as suas identidades, bem como suas lutas e organizações (PIRES, 2013). São Francisco do Paraguaçu, nesse sentido possui características de uma comunidade quilombola e pesqueira, configurando-se como espaço plural, diversificado. De acordo com documentos oficiais,

Os quilombos nasceram das lutas e das fugas dos (as) escravos(as) negros(as) contra os fazendeiros rentistas e se constituíram em verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos(as), no seio do território capitalista colonial. A sua criação foi importante não só como recurso útil para a sobrevivência física e cultural desses (as) escravos(as), mas, acima de tudo, como instrumento de preservação da dignidade de homens e mulheres descendentes dos africanos traficados para o Brasil, que lutaram para reconquistar o direito à liberdade, inerente à sua condição humana, mas também conviver de acordo com a sua cultura tradicional. (BRASIL/PR, 2004)

Conforme o decreto 4887/2003 que reconhece a titulação de território coletivo às comunidades remanescentes de quilombo, São Francisco do Paraguaçu é identificada de acordo com o art.2º, caput, como remanescentes quilombolas. Portanto, territórios coletivos, que possibilitam a tomada de decisões coletivas e que facilitam o manejo comunitário tradicional, o que tende a favorecer a disposição da comunidade para continuar trabalhando em mutirão. (BRASIL, INCRA, 2007)

Outra característica marcante de São Francisco é o fato da comunidade também ser reconhecida como pesqueira. Historicamente, a pesca artesanal, surgiu no Brasil, a partir de fatores como a decadência econômica dos ciclos açucareiro e cafeeiro do Brasil Colônia, e ainda a necessidade de exploração que não fosse os recursos da fauna e flora litorânea (CLAUZET, RAMIRES e BARBELLA, 2005).

Diante do explicitado, (PIRES, 2013) afirma que, o pescador (a) artesanal é aquele (a) que individualmente ou sobre a forma de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual, ou meio principal de vida. Tais pescadores (as) capturam e desembarcam toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos (as) e/ou utilizam membros da família ou trabalhadores (as) não assalariados (as). Fica claro que ambas as características mais marcantes apresentadas por São Francisco do Paraguaçu são traços históricos da construção cultural e social da comunidade. Veremos a seguir a educação e o trabalho na relação do cotidiano de estudantes.

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO NO COTIDIANO DE ESTUDANTES

O Brasil é um país de grande espaço rural, com parte da economia baseada na produção do campo, da agricultura, pecuária até as pequenas produções. Segundo dados fornecidos pelo CNM (Confederação Nacional de Municípios), 60% dos municípios brasileiros são predominantemente rurais. Em 2017, de acordo com a CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), o agronegócio foi responsável por 23% do PIB (Produto Interno

Bruto) do Brasil e “a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo país. – Governo Brasileiro”.

O quadro econômico brasileiro para a produção agrícola e agricultura familiar é animador para os economistas, mas a realidade dos trabalhadores é pesada e muito diferente da imaginada por quem não tem contato com essa população. Para o sustento familiar, crianças e jovens muitas vezes não tem escolha e precisam se dedicar ao trabalho para contribuir com a renda, por muitas vezes dedicando-se mais ao trabalho do que aos estudos. Essa também é a realidade da relação do cotidiano de estudantes da comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Em linhas gerais, a situação é refletida, nos dados estatísticos relacionados à educação:

Elevado índice de analfabetismo: 23,2% da população rural brasileira com 5 anos e mais é analfabeta e 80% dos(as) trabalhadores(as) rurais não chegaram a concluir o ensino fundamental. Na faixa etária de 9 a 16 anos, a adequação idade-ano de estudo existe pra 75% dos jovens do Brasil urbano e, apenas, para 56% dos(as) jovens do Brasil rural. Os anos de escolaridade do Brasil rural (4,5 anos) é metade do Brasil urbano (7,8 anos). (BRASIL/IBGE, 2010 apud Pires 2012).

Grande parte dessa população rural não frequenta ou frequentou a escola por necessidades familiares e os índices educacionais são marcantes e muito diferentes da população urbana. Luiza², aluna da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu, tem 23 anos de idade, mãe de dois filhos, contribui para a renda familiar trabalhando como marisqueira³. Em entrevista ela nos contou sobre sua rotina:

Eu tenho dois filhos, meu marido fica com eles de manhã e eu vou pra escola. De tarde eu fico com eles e meu marido vai pra maré, e aí ela (a irmã) me ajuda no trabalho de casa, às vezes a catar siri.

A vida diária de Luiza é corrida, ela precisa se dedicar a família e também ao trabalho, dedicar-se a escola nem sempre é a prioridade. Quando questionadas se o trabalho interfere em suas atividades escolares, Luiza e sua irmã Vitória⁴, também estudante da mesma escola, as mesmas expressaram:

² Nome fictício para preservação da identidade do (a) entrevistado(a). Extraído do instrumento de pesquisa e coleta de dados, aplicado a estudantes da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu.

³ Mulher ou estabelecimento que vende mariscos. - "**Marisqueira**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/Marisqueira> [consultado em 08-05-2018].

⁴ Nome fictício para preservação da identidade do (a) entrevistado (a). Extraído do instrumento de pesquisa e coleta de dados, aplicado a estudantes da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu.

Às vezes sim, às vezes não. Quando tem muito dever pra fazer. Quando catamos siri, pra fazer 1 kg de siri, meu irmão, é siri! Daí às vezes acabamos muito tarde e chegamos em casa tarde, dai pra fazer o dever fica complicado. VITÓRIA.

Assim que eu chego em casa tenho que dar banho nos meninos e leva-los pra escola. Vou pra casa catar siri, depois vou fazer o dever. Daí a gente termina lá pelas 8h da noite, depois vamos pra igreja. LUIZA.

A Educação do/no Campo é um direito do povo, garantido por lei, através de muita luta, e diferenciada da educação urbana. Nesse sentido, deve ser flexível e precisa ser adequada às diferentes realidades socioculturais. Mesmo que Luiza e Vitória tenham dificuldades para realizar deveres escolares devido a sua realidade de trabalho no campo, a escola precisa atender e atender essas necessidades promovendo alternativas para as mesmas. No campo legal, o 7º artigo das Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo; preconiza:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 2/2008).

O reconhecimento da educação como um direito e a necessidade de superação das desigualdades são dois pressupostos que fundamentam o trabalho pedagógico da Escola do Campo. A garantia do direito à educação se efetiva como obrigação por meio da Lei (MIRANDA; SCHWENDLER, 2010). No entanto, a garantia efetiva ainda é objeto de estudo, pois na prática Luíza e Vitória ainda enfrentam limitações para terem acesso àquilo que é garantido. Miranda e Schwendler (2010) desse modo afirmam que o dever e o direito à educação desdobram-se do seu funcionamento social que indica a indispensabilidade de preparar indivíduos em circunstâncias necessárias a integrar-se na vida em sociedade, na vida econômica, política e moral da nação, mesmo que nos moldes de uma sociedade estratificada em classes sociais. Por isso, é fundamental a todo cidadão conhecer as leis que definem seus limite e possibilidades de acesso à cultura, ao trabalho e à vida.

4 ESCOLA, PRODUÇÃO FAMILIAR E CULTURA LOCAL

A cultura e a educação juntas tornam-se elementos socializadores, quando adotamos a cultura como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem está permitindo-se que cada

indivíduo que frequenta o ambiente escolar se sinta participante do processo. Diversos autores defendem a ideia de que a educação não pode sobreviver sem a cultura e nem a cultura sem a educação. Candau (2003) afirma que: "A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural". Portanto, as relações entre a escola e a cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, simultâneos e profundamente articulados.

Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica "desculturizada", em que a referência cultural não esteja presente. (CANDAU, 2003, p. 160)

A diretora da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu, em sua fala, confirmou que há uma relação entre a cultura local e a escola, desde o conteúdo trabalhado em sala até os projetos feitos fora do campo escolar.

Temos algumas matérias como: agricultura, identidade cultural, consumo e cidadania. Procuramos colocar seus saberes, valores. Buscamos abordar o extrativismo etc. trabalham a história cultural local. Temos as oficinas do Mais Educação: capoeira, etc. Fizemos um projeto para o MEC, resgatando nossa história, nossa cultura, de modo que os alunos que vivem hoje, que não sabem das origens da cultura, tem acesso aos mesmos.

Com base na RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, as Constituições dos Estados abordam a escola do campo determinando a adaptação dos currículos, dos calendários e de outros aspectos do ensino rural às necessidades e características dessa região. Estabelecem que, na estruturação dos currículos, devem incluir conteúdos voltados para os valores culturais, artísticos e ambientais da região.

Para o aluno, é importante ter a segura aceitação de suas características, ter disponível a abertura e receber incentivo para partilhar com seus colegas a vivência que tem fora do mundo da escola, mas que possa contribuir com o processo ensino-aprendizagem. Ou seja, construir junto com os alunos um ambiente de respeito, de aceitação, de interesse, de expressão e de valorização das contribuições que venha a trazer.

Ao perguntar se a escola de alguma forma envolve a produção familiar, as alunas Luiza e Vitória responderam que além de sua profissão, como marisqueiras, elas fazem coisas de cabelo pra vender, a gestão pediu que trouxessem para a escola, esses materiais, pois haveria

uma exposição de artesanatos realizados na aula de Arte. As alunas Carol e Marisa⁵ falaram que no dia da consciência negra, os professores solicitaram que cada aluno viesse fantasiado de profissões, como: pescador, marisqueira, professor e entre outros, de acordo com sua realidade. Tais atividades realizadas pela escola se enquadram nos parâmetros legais para efetivação do direito à educação, afim de valorizar a cultura local e a produção familiar.

Analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu-Bahia, vemos que um dos desafios da comunidade escolar é:

Desenvolver práticas escolares relacionadas com a realidade histórico-social regional que considerem os conhecimentos, os saberes e fazeres tradicionais e a história da comunidade. Realização de oficinas, palestras, seminários e aulas expositivas, tendo como objeto a realidade local, as práticas culturais da comunidade em que vivem e de outras comunidades quilombolas.

E apesar desta dificuldade, a escola tem se esforçado para manter uma relação entre a cultura local e o processo de ensino-aprendizagem, pois sabemos que a cultura é um componente ativo na vida do ser humano e tem um papel fundamental na formação que integra de cada indivíduo, formando assim cidadãos críticos e socializadores.

5 A COMUNIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO

No tocante à relação comunidade e a democratização escolar, é notório a reflexão do modo pelo qual a comunidade de São Francisco do Paraguaçu participa dos projetos desenvolvidos pela escola local e como esse envolvimento contribui na formação educativa dos estudantes. Democratizar a educação pública é buscar uma educação de todos e para todos (MIRANDA; SCHWENDLER, 2010). Chauí (1997) diz que o reconhecimento do que é público se fundamenta da necessidade de compreender que existe uma esfera coletiva na vida humana, de convívio entre as pessoas. Isso significa que, quanto maior o número possível de pessoas dialogando nesse processo, maior será a democratização da escola.

A gestão democrática “aparece” nesse contexto como um motivador social pela “efetiva participação da comunidade do campo na escola, instrumentalizada pelo projeto político-pedagógico e pela **participação da comunidade** em conselhos escolares ou equivalentes”. (PIRES, 2013, p.123, **grifo nosso**). E que segundo a legislação é,

⁵ Nome fictício para preservação da identidade do (a) entrevistado (a). Extraído do instrumento de pesquisa e coleta de dados, aplicado a estudantes da Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu.

Para a consolidação da autônoma das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade.

Para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino. (Brasil, RESOLUÇÃO CNE/CEB, n. 1, 2002).

A comunidade torna-se então, parte importante na formação humana dos alunos, auxiliando na garantia ao direito a uma educação de qualidade. Miranda; Schwendler (2010), afirma que para existir a garantia do acesso, a permanência dessa educação a todos, além dos professores e demais profissionais da educação, os alunos, os pais e a comunidade devem estar incluídos nas questões envolvendo a gestão.

Apesar da relação escola e comunidade, o PPP da Escola Estadual de 1º grau de São Francisco do Paraguaçu apresenta que o envolvimento da comunidade local é um desafio a ser superado. Neste mesmo documento, tendo em vista o desafio que a escola enfrenta, apresenta como meta chegar ao “Maior envolvimento da comunidade escolar com a comunidade quilombola.”. Para alcançar tal objetivo os desafios apresentados são os seguintes:

Criação de atividades que visem uma maior aproximação entre a comunidade e a escola. Práticas que objetivem uma relação maior e mais próxima com o modo de vida local, relacionadas, por exemplo, aos meios de subsistência locais, às práticas culturais, aos conhecimentos tradicionais, à oralidade, à estética, à ancestralidade, às formas de trabalho, à história da comunidade quilombola.

A comunidade tem respondido de forma positiva a tais desafios, e o envolvimento da mesma tem contribuído com a gestão escolar, afirmou a diretora durante entrevista realizada, “Fazemos uma mesa redonda, chamamos alunos e professores, vemos os pontos que fizemos e precisamos melhorar”. Alcançar a meta estabelecida no PPP é uma tarefa árdua que exige tempo para ser plenamente atingida. Entretanto, os esforços firmados pelo engajamento de toda uma gestão têm surtido efeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de desenvolver este estudo justifica-se da necessidade de compreender a Educação do/no Campo como direito educativo na formação humana para alunos da Escola Estadual de 1º grau da comunidade de Pescadores de São Francisco do Paraguaçu- Bahia e apresentar a relação de trabalho e educação na comunidade do campo.

Com base neste trabalho, e com relação à luta pelo direito a Educação do Campo, percebe-se que a comunidade, representada pelos quilombolas e pesqueiros, se apresenta como agente ativo nesse processo. São Francisco do Paraguaçu-BA foi identificado como uma comunidade que se enquadra nos padrões do campo configurando-se como um espaço plural e diversificado.

Pelas pesquisas realizadas, seja de caráter bibliográfico ou pesquisa de campo, na Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu – BA percebemos que há uma relação entre trabalho e educação, como uma “via de mão dupla”. Onde o contexto do trabalho do campo é inserido na escola, como: programações que lembram o trabalho dos alunos (os que trabalham) e/ou pais dos alunos, matérias inseridas no currículo da escola como aulas de Agronomia, que envolve a vivência no campo. Por outro lado, para os alunos que trabalham, existe uma dificuldade de conciliar o serviço e as atividades extraclasse, onde um dos alunos entrevistado apresentou esse déficit.

Esse dever de introduzir a vida cotidiana na escola foi assegurado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola em questão. Segundo o PPP da Escola, deve-se: “desenvolver práticas escolares relacionadas com a realidade histórico-social regional que considerem os conhecimentos, os saberes e fazeres tradicionais e a história da comunidade”.

A Escola Estadual de 1º Grau de São Francisco do Paraguaçu, a qual foi direcionada as pesquisas, se apresenta com propostas abertas a comunidade, com direito a opiniões da mesma, para introduzi-las no PPP. Ou seja, a Escola torna a comunidade ativa no cronograma, programação, organização, currículo, entre outros. Ainda que a Escola reconheça a dificuldade de interagir com a comunidade local, o Projeto Político Pedagógico tem como um dos objetivos a aproximação escolar com a comunidade Quilombola.

Algumas conclusões podem ser deduzidas, a escola apresenta pontos positivos que integram a vida do campo e educação do/no campo, afirmando, onde as aprendizagens acumuladas no decorrer da vida são vivenciadas e valorizadas de acordo com a realidade local, mas por outro lado apresenta dificuldades em algumas questões que tratam da realidade imediata de discentes, sobretudo os que precisam desenvolver atividades laborais com vista à sobrevivência. Assim, observou-se certa limitação em desenvolver práticas escolares relacionadas à realidade histórico-social regional e os desafios de envolvimento da comunidade com a gestão e com a escola.

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA FAMILIAR PRODUZ 70% DOS ALIMENTOS CONSUMIDOS POR BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 07 de maio de 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.1/2002.** Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Decreto n. 4.887/2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, 2003.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural: orientação sexual. 3. ed. Brasília: A secretaria, 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB n.2/2008.** Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Brasília: MEC/CNE, 2008.

_____. **Lei 9394/1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

_____. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, 2004.

CALDART, Roseli Salette. **Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. Cadernos Temáticos:** Educação do Campo, Curitiba: Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental, SEED-PR, p.23-34, 2005.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação escola e Cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, 2003.

CERCA DE 60% DOS MUNICÍPIOS SÃO RURAIS, DIZ IBGE. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cerca-de-60-dos-municipios-sao-rurais-diz-ibge>>. Acesso em: 07 de maio de 2018.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 7. ed. São Paulo : Cortez, 1997.

CLAUZET, M. A.; RAMIRES, M.B.; BARBELLA, W. **Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo:** Multiciência. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2005.

INCRA (Brasil). **Relatório Antropológico Quilombo São Francisco do Paraguaçu.** Salvador, 2007.

MIRANDA, Sônia Guariza; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Org.). **Educação do campo em movimento: Teoria e Prática Cotidiana**. Curitiba: UFPR, 2010. 350 p. v. 1.

NASCIMENTO, Antônio Dias; RODRIGUES, Rosana Mara; SODRÉ, Maria Dorath B. (org). **Educação do campo e contemporaneidade: Paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces**. Salvador: EDUFBA, 2013.

NOTA TÉCNICA SOBRE OS AJUSTES METODOLÓGICOS DO PIB DO AGRONEGÓCIO DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acesso em: 07 de maio de 2018.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez Editora, 2012. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Documento privativo da Escola Estadual de 1º Grau São Francisco do Paraguaçu. Cachoeira. 2017.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.